ria será intimada para em oito dias os contestar. Os embargos seguirão os termos do processo ordinário sem mais articulados.

§ único. Os embargos não suspendem a entrega do prédio expropriado. Se o expropriante quiser tomar posse do prédio, depositará a importância da indemnização e mais um terço; e junto o recibo do depósito, o juiz, no prazo de cinco dias, proferirá sentença, adjudicando-lho, livre e desembaraçado, podendo desde este momento dispor dele.

Art. 19.º Logo que passo em julgado a sentença proferida nos embargos, o juiz, no prazo de quarenta e oito horas, ordenará que o expropriante deposite, dentro de dez dias, a importância da indemnização, se ainda o não tiver feito, ou que reforce o depósito quando, em virtude da decisão proferida nos embargos, a indemnização for superior à quantia depositada.

§ único. No prazo de cinco dias, a contar do trânsito em julgado da decisão proferida nos embargos, ou da junção do recibo do depósito ou do reforço deste, o juiz mandará citar por éditos, nos termos do artigo 16.º, todos aqueles que se julgarem com direito ao produto em depósito, observando-se em seguida, o disposto no artigo 17.º e seus parágrafos.

Art. 20.º É aplicável ao processo de indemnização judicial o que se dispõe no artigo 9.º Se, porém, o expropriado deduzir embargos e decair afinal, pagará selos e custas dos embargos, na proporção da parte em que decair, sendo-lhes restituídos, nos mesmos termos, os preparos que foi obrigado a fazer.

Art. 21.º A percentagem que cabe ao expropriado, em conformidade do disposto nos artigos 7.º e 8.º da lei de 26 de Julho de 1912, se a indemnização foi fixada judicialmente, será igualmente depositada na Caixa Geral de Depósitos ou no cofre da entidade administrativa expropriante, observando-se o que determina o § único do artigo 10.º

Art. 22.º São aplicáveis as disposições precedentes quando nas hipóteses dos artigos 3.º e 9.º desta lei as indemnizações tiverem de ser fixadas judicialmente.

Art. 23.º Não sendo reconhecido pelo expropriante o direito do interessado à expropriação, pode este intentar a competente acção do processo ordinário no juízo da situação do prédio ou da maior parte dele.

§ 1.º O interessado não é obrigado a preparos, selos e custas, que só pagará afinal, se decair.

§ 2.º Reconhecido judicialmente o direito do interessado à expropriação, se houver acôrdo sobre o valor da indemnização, nos termos do artigo 3.º e seus parágrafos, observar-se hão as disposições dos artigos 4.º e seguintes.

§ 3.º Não se celebrando o contrato sobre o valor da indemnização no prazo de trinta dias, desde que passou em julgado a decisão que reconheceu o direito à expropriação, o expropriante, nos dez dias seguintes, promoverá a fixação da indemnização no mesmo processo da acção ordinária, seguindo-se na parte aplicável o que dispõem os artigos 13.º e seguintes.

§ 4.º Se no referido prazo de dez dias o expropriante não instaurar o processo de indemnização, poderá o interessado instaurá-lo em conformidade com o disposto no parágrafo antecedente e sem pagamento de solos, preparos e custas.

Art. 24.º Na hipótese do artigo 20.º da lei de 26 de Julho de 1912, se o Estado, o distrito ou o município acordarem com os interessados sobre a importância das perdas e danos, reduzir-se há este contrato a escritura pública, auto de conciliação ou termo, conforme se dispõe no § único do artigo 1.º, considerando-se qualquer destes meios título exequível.

§ 1.º Não se tendo celebrado contrato no prazo de seis meses desde que o Estado, o distrito ou o município tomaram posse do prédio, o interessado poderá requerer ao juiz da comarca ou vara cível da situação do mesmo prédio, ou da maior parte dele, que seja citado o expropriante para na segunda audiência se proceder à nomeação do louvados que avaliem as perdas e danos.

§ 2.º Este requerimento será instruído com certidão do rendimento colectável inscrito na matriz predial relativo aos últimos cinco anos, sem o que o juiz não o receberá, e será distribuído pelos escrivães da comarca ou vara, em escala especial aberta no livro mencionado no artigo 6.º

§ 3.º Neste processo não haverá outros termos ou diligências além dos mencionados nos §§ 3.º a 9.º do artigo 14.º, e só é admissível recurso da sentença que fixar as perdas e danos, que será interposto, processado e julgado como se determina no § único do artigo 7.º

§ 4.º O interessado não é obrigado a preparos, custas ou selos. Se, porém, interpuso recurso e decair afinal, pagará selos e custas desde a interposição do recurso na proporção da parte em que decair, sendo-lho restituídos, nos mesmos termos, os preparos que foi obrigado a fazer.

§ 5.º No prazo de trinta dias, desde que o prédio deixou de ser necessário ao estabelecimento dos serviços de salvação pública, tem o expropriante obrigação de o entregar ao interessado no mesmo estado em que estava quando dele tomou posse.

§ 6.º Este prazo de trinta dias pode ser prorogado, havendo caso de força maior, pelo juiz da comarca ou vara cível da situação do prédio, cabendo da respectiva decisão recurso nos termos do § 3.º deste artigo.

Art. 25.º No caso do interessado não concordar com o aumento do valor locativo fixado pela entidade ex-

propriante, requererá esta ao juiz da comarca ou vara cível da situação do prédio ou da maior parte dele que o mande citar para na segunda audiência posterior à citação se proceder à nomeação do árbitros.

§ 1.º Antuado este requerimento pelo escrivão de semana, o qual fica sendo o escrivão do processo, desempenhando as funções de oficial do diligências e do cartório, o juiz ordenará a citação requerida, e na segunda audiência se procederá à nomeação de árbitros, sendo um nomeado pelo expropriante, outro pelo expropriado e o terceiro pelo juiz, seguindo-se no mais o que preceitua o Código de Processo Civil quando trata do juízo arbitral determinado por lei especial, mas com as modificações constantes dos parágrafos seguintes.

§ 2.º Nomeados definitivamente os árbitros e prestada a devida declaração de honra perante o juiz, aqueles designarão o prazo dentro do qual as partes devem alegar o que entenderem, oferecer os róis de testemunhas e requerer vistoria.

§ 3.º Só podem ser indicadas testemunhas residentes na comarca, excepto obrigando-se a parte a apresentá-las quando lhe for ordenado.

§ 4.º Tendo-se requerido vistoria, é aplicável à nomeação dos peritos e à vistoria o que dispõem os respectivos parágrafos do artigo 14.º, sendo os peritos nomeados fora da audiência, em auto presidido pelo terceiro árbitro, o qual, quanto à nomeação dos peritos, exerce as funções que os mesmos parágrafos conferem ao juiz de direito. Não é admissível segunda vistoria, seja qual for o motivo invocado.

§ 5.º Concluída a vistoria, ou terminado o prazo do § 2.º quando não foi requerida, designar-se há dia para julgamento dentro dos dez dias seguintes.

§ 6.º Na audiência do julgamento proceder-se há à inquirição de testemunhas, não sendo escritos os depoimentos.

§ 7.º Faltando alguma testemunha de fora da comarca, não será adiado o julgamento, e ainda que este se adie não poderá mais ser inquirida.

§ 8.º Só é permitido adiar o julgamento uma vez.

§ 9.º Finda a inquirição das testemunhas, será concedida a palavra, por uma só vez, aos advogados, preferindo os árbitros a sua decisão imediatamente ou dentro de dez dias.

§ 10.º A produção das provas e alegações finais assistirão sempre todos os árbitros. Para o expediente é exclusivamente competente o terceiro árbitro.

§ 11.º Dos despachos ou decisões proferidas pelo juiz de direito ou pelos árbitros não há recurso.

§ 12.º O interessado não é obrigado a preparos e só será condenado em selos e custas se afinal decair e na proporção em que decair.

Art. 26.º Não concordando o expropriante com a decisão das colectividades sanitárias nos termos do § 2.º da alínea f) do artigo 16.º da lei de 26 de Julho de 1912, pode requerer, no prazo de dez dias, desde que lhe foi intimada a decisão, ao juiz da comarca ou vara cível da situação do prédio ou da maior parte dele, que mande citar a autoridade expropriante para, na primeira audiência posterior à citação, se proceder à nomeação de dois árbitros que, com ele juiz, constituam o tribunal arbitral.

§ 1.º Na primeira audiência se procederá à nomeação de dois árbitros, um pelo expropriante e outro pelo expropriado, ficando o juiz a desempenhar as funções de terceiro árbitro e as que o Código de Processo Civil confere ao juiz da comarca ou vara quando trata do juízo arbitral determinado por lei especial, observando-se no mais o que dispõem os parágrafos do artigo precedente, com a diferença de que à suspeição do juiz são applicáveis os artigos 293.º e seguintes deste Código e o prazo em que se pode deduzir a sua suspeição começa a contar-se desde a audiência da nomeação dos árbitros.

§ 2.º O tribunal arbitral resolverá o litigio dentro do prazo de trinta dias, a contar da audiência da nomeação dos árbitros.

Art. 27.º A reclamação devida sobre o produto da indemnização, nos termos do § 8.º do artigo 16.º da lei de 26 de Julho de 1912, será deduzida da mesma forma e no mesmo prazo em que, nos termos deste regulamento, são deduzidos os artigos de preferença.

Art. 28.º Em todos os processos judiciais a que se refere este regulamento, o Estado e os corpos administrativos são representados pelos magistrados do Ministério Público que tem competência para receber a primeira citação.

Art. 29.º Até à entrega do prédio ao expropriante, além dos recursos permitidos pelo § único do artigo 7.º e § 1.º do artigo 14.º, nenhum outro será expedido, nem se poderão por qualquer forma admitir incidentes no processo além dos que ficam indicados. Só depois da entrega do prédio se expedirão os recursos interpostos.

§ 1.º Falecendo algum dos interessados, é applicável à habilitação dos herdeiros o que dispõe o Código de Processo Civil, com a diferença que não se suspendem os termos do processo de indemnização enquanto não for entregue ao expropriante o prédio. Se o habilitante, no prazo do artigo 15.º, protestar por embargos, a entrega do prédio só pode ordenar-se cumprindo o expropriante o disposto no § único do artigo 18.º

§ 2.º Comparecendo qualquer pessoa que não fosse citada mas que mostre ter interesse sobre o prédio a

expropriar, será admitida no processo, na altura em que estiver, não se repetindo, porém, quaisquer termos ou diligências, nem deixando de observar-se o que se determina neste artigo.

Art. 30.º Os funcionários que não cumprirem as disposições deste regulamento, serão suspensos, processados e punidos em conformidade com as disposições em vigor.

Art. 31.º Os expropriantes que não cumprirem as disposições da lei de 26 de Julho de 1912 e deste regulamento respondem por perdas e danos, que serão liquidados seguindo-se o processo estabelecido no artigo 25.º e seus parágrafos, salvo havendo preceito especial que estabeleça outra sanção.

Art. 32.º Este regulamento é applicável a todas as expropriações que se destinarem a qualquer dos fins indicados na lei de 26 de Julho de 1912, ainda mesmo que o expropriante seja uma empresa ou um particular, desde que tenha sido devidamente declarada a utilidade pública da expropriação.

Os Ministros do Interior, da Justiça, das Finanças e do Fomento, assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, em 15 de Fevereiro de 1913.—*Manuel de Arriaga—Rodrigo José Rodrigues—Alvaro de Castro—Afonso Costa—António Maria da Silva.*

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos effectuados nas seguintes datas.

Fevereiro 27

Francisco António Peixoto Júnior — nomeado ajudante do notário de Gondomar, Aristides Albanç de Moura Teixeira.

Licença

Fevereiro 11

Bacharel António de Carvalho Lucas, notário interino em Vila Franca de Xira — sessenta dias (Pagou os respectivos emolumentos).

Direcção Geral da Justiça, em 27 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, *Germano Martins.*

Direcção Geral dos Eclesiásticos

1.ª Repartição

Declara-se que no decreto de 22 do corrente, publicado no *Diário do Governo* n.º 47, desta data, onde se lê: «considerados», deve ler-se: «conservados».

Direcção Geral dos Eclesiásticos, em 27 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, interino, *Alberto Teles de Utra Machado.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Fiscalização das Sociedades Anónimas

Tendo a Companhia do Papel de Góis, sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede em Góis, requerido autorização para omitir 100:000\$000 réis em obrigações de 100\$000 réis cada uma, vencendo a taxa de juro anual de 7 por cento, amortizáveis, por sorteio ou compra no mercado, no prazo máximo de trinta e cinco anos, devendo a primeira amortização realizar-se em 31 de Dezembro de 1916 e sendo os serviços de juro e amortização feitos anualmente;

Considerando que a referida Companhia juntou ao seu requerimento todos os documentos exigidos pela lei de 3 de Abril de 1896 e respectivo regulamento de 27 de Agosto do mesmo ano, pelos quais se mostra que ela tem recursos bastantes para garantir os encargos desta emissão;

Concede o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, a autorização que a mesma Companhia pediu para emitir 100:000\$000 de réis em obrigações de 100\$000 réis cada uma, vencendo a taxa de juro anual de 7 por cento, amortizáveis, por sorteio ou compra no mercado, no prazo máximo de trinta e cinco anos, devendo a primeira amortização realizar-se em 31 de Dezembro de 1916 e sendo os serviços de juro e amortização feitos anualmente, com as condições seguintes:

1.ª Que desta emissão nenhuma responsabilidade, de qualquer natureza ou espécie, resultará para o Estado.

2.ª Que a referida emissão só poderá realizar-se depois de dar entrada, na Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas, o documento comprovativo do registo definitivo a que se refere o n.º 6.º do artigo 49.º do Código Commercial;

3.ª Que nos termos da carta de lei de 29 de Julho de 1899, a Companhia ficará obrigada a pagar o imposto de rendimento de todas as obrigações a emitir, ainda que os juros ou coupons não sejam satisfeitos em Portugal, ou, sendo-o, possam também ser exigidos em país estrangeiro, devendo no texto de cada título ser inscrita a declaração de que os juros e os coupons ficam sujeitos, em qualquer hipótese, ao pagamento do imposto de rendimento.

Paços do Governo da República, em 27 de Fevereiro de 1913.—O Ministro das Finanças, *Afonso Costa.*